

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
do Conglomerado Prudencial Referentes ao
Semestre Findo em 30 de Junho de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras.

Ênfases

Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, datado de 18 de agosto de 2016.

São Paulo, 18 de agosto de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante		1.756.450	1.035.029	Circulante		1.645.646	1.165.664
Disponibilidades		48.716	5.278	Depósitos	16.a	261.236	398.847
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	662.755	498.675	Depósitos à vista		7.070	11.090
Aplicações em operações compromissadas		640.452	471.089	Depósitos interfinanceiros		-	186.578
Aplicações em depósitos interfinanceiros		22.303	27.586	Depósitos a prazo		254.166	201.179
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		242.167	124.930	Captações no Mercado Aberto	16.b	201.267	248.234
Carteira própria	6.b	159.013	54.236	Carteira própria		77.250	113.234
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	9.425	2.082	Carteira terceiros		119.997	135.000
Vinculados à prestação de garantias	6.b	16.837	30.367	Carteira livre movimentação		4.020	0
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	56.892	38.245	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	137.110	116.663
Relações Interfinanceiras		777	1.009	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		75.308	85.410
Pagamentos e recebimentos a liquidar		22	40	Obrigações por emissão de letras financeiras		60.689	1.539
Créditos vinculados		141	99	Obrigações por emissão de letras de crédito agrícola		1.113	29.714
Relações com correspondente		614	870	Relações Interfinanceiras		103	240
Operações de Crédito		381.034	214.418	Recebimentos e pagamentos a liquidar		103	240
Operações de crédito		381.034	214.418	Relações Interdependências		32.035	406
Setor privado	9.c	416.425	242.226	Recursos em trânsito de terceiros		32.035	406
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(35.391)	(27.808)	Obrigações por Empréstimos e Repasses		707.572	273.657
Outros Créditos		420.694	189.869	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	69.651	-
Créditos por avais e fianças honrados	9.c	19.383	-	BNDES		68.375	-
Carteira de câmbio	10	365.637	147.292	Finame		1.276	-
Rendas a receber	12	1.727	2.984	Empréstimos no exterior	16.e	637.921	273.657
Negociação e intermediação de valores		701	387	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	50.971	13.418
Diversos	11	44.698	39.858	Instrumentos financeiros derivativos		50.971	13.418
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(11.452)	(652)	Outras Obrigações		255.352	114.199
Outros Valores e Bens		307	850	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		115	36
Despesas antecipadas	13	307	850	Carteira de câmbio	10	232.873	87.742
Realizável a Longo Prazo		739.239	956.928	Fiscais e previdenciárias	17.b	4.106	9.893
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		465.370	433.451	Negociação e intermediação de valores		9.773	7.619
Carteira própria	6.b	49.845	168.670	Diversas	17.c	8.485	8.909
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	64.106	111.985	Exigível a Longo Prazo		520.550	478.740
Vinculados à prestação de garantias	6.b	295.132	116.108	Depósitos	16.a	82.833	92.535
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	56.287	36.688	Depósitos a prazo		82.833	92.535
Operações de Crédito		229.491	485.502	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	23.610	24.138
Operações de crédito		229.491	485.502	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		-	18.078
Setor privado	9.c	234.160	490.745	Obrigações por emissão de letras financeiras		2.884	1.882
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.669)	(5.243)	Obrigações por emissão de letras de crédito agrícola		20.726	4.178
Outros Créditos		44.112	37.975	Obrigações por Empréstimos e Repasses		328.406	296.517
Diversos	11	44.112	37.975	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	20.659	73.202
Outros Valores e Bens		266	-	BNDES		14.160	64.026
Despesas antecipadas	13	266	-	Finame		6.499	9.176
Permanente		6.307	5.839	Empréstimos no exterior	16.e	307.747	223.315
Investimentos		1	1	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	57.166	41.500
Outros investimentos		3	3	Instrumentos financeiros derivativos		57.166	41.500
Provisão para perdas		(2)	(2)	Outras Obrigações		28.535	24.050
Imobilizado de Uso	14	3.363	2.028	Sociais e estatutárias	17.a	171	171
Outras imobilizações de uso		5.400	6.736	Fiscais e previdenciárias	17.b	26.349	20.436
Depreciações acumuladas		(2.037)	(4.708)	Diversas	17.c	2.015	3.443
Diferido		-	101	Resultado de Exercícios Futuros		679	1.035
Gastos de Organização e Expansão		-	2.808	Rendas antecipadas		679	1.035
Amortizações Acumuladas		-	(2.707)	Patrimônio Líquido		335.121	352.357
Intangível	15	2.943	3.709	Capital social	20.a	400.000	400.000
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logicióis		5.176	8.788	De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Ágio da incorporação		81.974	81.974	Ajuste ao valor de mercado - TVM		(1.932)	(3.365)
Outros ativos intangíveis		1.667	1.383	Prejuízos acumulados		(64.728)	(47.224)
(-) Amortizações acumuladas		(34.518)	(28.650)	Participação de Não Controladores		1.781	2.946
(-) Provisão para realização		(51.356)	(59.786)	Total do Ativo		2.501.996	1.997.796
Total do Ativo		2.501.996	1.997.796	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.501.996	1.997.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas da Intermediação Financeira		111.395	120.654
Operações de crédito		53.509	50.696
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		80.084	53.920
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(164.450)	28.460
Operações de empréstimos e repasses		142.252	(12.422)
Despesas da Intermediação Financeira		(75.652)	(101.899)
Operações de captações no mercado		(46.830)	(48.631)
Resultado de operações de câmbio		(23.433)	(36.446)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(5.389)	(16.822)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		35.743	18.755
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(19.262)	(26.393)
Receitas de prestação de serviços	25	9.105	11.924
Despesas de pessoal		(15.958)	(20.500)
Outras despesas administrativas	26	(16.731)	(20.619)
Despesas tributárias	27	(3.062)	(2.972)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	7.384	5.774
Resultado Operacional		16.481	(7.638)
Resultado Não Operacional		9	(24)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		16.490	(7.662)
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	(7.359)	(646)
Provisão para imposto de renda		-	(4.709)
Provisão para contribuição social		-	(2.909)
Ativo fiscal diferido		(7.359)	6.972
Participação nos lucros		-	-
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		9.131	(8.308)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído à participação dos acionistas controladores		8.678	(4.072)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores		453	(4.236)
Lucro (prejuízo) líquido por ação no final do semestre (R\$)		0,31	(0,29)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Capital</u> <u>social</u>	<u>Ajuste ao valor</u> <u>de mercado - TVM</u>	<u>(Prejuízos)</u> <u>acumulados</u>	<u>Participação dos</u> <u>Não Controladores</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	400.000	(2.656)	(43.152)	7.182	361.374
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	(709)	-	-	(709)
Prejuízo do semestre	-	-	(4.072)	(4.236)	(8.308)
Saldos em 30 de junho de 2015	400.000	(3.365)	(47.224)	2.946	352.357
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	400.000	(12.894)	(73.406)	1.328	315.028
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	10.962	-	-	10.962
Lucro do semestre atribuído ao controlador	-	-	8.678	453	9.131
Lucro do semestre atribuído ao minoritário	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	400.000	(1.932)	(64.728)	1.781	335.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) ajustado no exercício		17.946	15.250
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		9.131	(8.308)
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo):		8.815	23.558
Amortização do ágio		(4.224)	-
Depreciações e amortizações	26	4.896	1.149
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior		(5.033)	10.005
(Reversão) / Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	28	(473)	695
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	5.389	16.822
Provisão para desvalorização de títulos livres		(244)	1.234
Créditos tributários	19	7.359	(6.972)
Provisão para contingências	18.b	1.145	625
Variações dos Ativos e Obrigações		116.823	(150.603)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(3.262)	(436.607)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(143.708)	48.741
Redução (Aumento) em operações de crédito		12.294	(14.368)
Aumento em outros créditos		(115.937)	(143.226)
Redução em outros valores e bens		311	1.415
Redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		31.123	139
Redução em depósitos		(154.926)	(84.999)
Aumento em captação no mercado aberto		113.568	193.074
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(21.148)	59.021
(Redução) Aumento em outras obrigações		140.624	46.738
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		258.954	180.504
Redução em resultados de exercícios futuros		(1.070)	(1.035)
Fluxo de Caixa Oriundo das Atividades Operacionais		134.769	(135.353)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		28	(6)
Alienação de imobilizado de uso		(306)	224
Aplicações no intangível		(2)	(61)
Fluxo de Caixa Oriundo das Atividades de Investimentos		(280)	157
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		134.489	(135.196)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	555.167	216.445
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	689.656	81.249
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		134.489	(135.196)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (“Banco”) é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

O Grupo Caixa de Geral de Depósitos, no Brasil, esta composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (Corretora), adquirida em 2012. Em 2014, a CGD realizou a fusão de suas atividades de Homebroker com a Rico CTVM. Desta operação resultará, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações por parte do Grupo CGD. Esta operação permitirá que a atividade de corretagem passe a ser uma contribuição positiva para os resultados do Conglomerado no médio prazo.

No ano de 2015, a atividade institucional da Corretora foi definitivamente encerrada e, suas operações ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco.

Em 30 de junho de 2016, a Corretora possuía um empréstimo de curto prazo, com empresa sediada no exterior pertencente ao Grupo CGD, superior a sua disponibilidade no montante R\$ 49.758, com vencimentos em 02 de setembro e 29 de setembro de 2016 e em 27 de dezembro de 2016. A administração está fazendo todos os esforços para manter o patrimônio líquido da Corretora enquadrado, conforme as regras vigentes expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como para a manutenção da liquidez da Corretora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas entidades consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial:

Empresa	Atividade	Percentual Banco	Consolidado Prudencial
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Líder	Líder
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A	Instituição Financeira	50%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de 30 de junho de 2016 estão sendo reapresentadas com o propósito de demonstrarem o registro dos ágios e de suas respectivas provisões decorrentes do processo de incorporação integral, ocorrida em 31 de outubro de 2012, da CGD Participações em Instituições Financeiras Ltda. ("CGD Pinf") pela Corretora, cujo objetivo foi simplificar a estrutura societária do Grupo.

Os ágios e suas provisões registrados no balanço da CGD Pinf no momento da incorporação apresentavam a seguinte composição em 31 de outubro de 2012:

	2012		
	Custo	Provisão	Valor Líquido
Ágio de sistemas/software	700	(700)	-
Ágio de licença	1.800	(1.800)	-
Ágio de carteira de clientes	28.000	(28.000)	-
Ágio de rentabilidade futura	<u>79.474</u>	<u>(79.474)</u>	-
Total	109.974	(109.974)	-

O ágio da carteira de clientes e sua provisão foram baixados no exercício de 2014, no momento da celebração do acordo operacional, quando ocorreu a transferência dos clientes da Corretora para a Rico.

Dessa forma, em 30 de junho de 2016 e 2015, os saldos dos referidos ágios e suas respectivas provisões e amortizações estão assim demonstrados:

	2016				2015			
	Custo	Provisão	Amortização	Valor Líquido	Custo	Provisão	Amortização	Valor Líquido
Ágio de sistemas/software	700	(187)	(513)	-	700	(327)	(373)	-
Ágio de licença	1.800	(480)	(1.320)	-	1.800	(840)	(960)	-
Ágio de rentabilidade futura	79.474	(50.334)	(29.140)	-	79.474	(58.281)	(21.193)	-

O total de ativos, o patrimônio líquido e o resultado do Conglomerado Prudencial para o primeiro semestre de 2015, ou para quaisquer outros períodos, após a reapresentação dos ágios e de suas respectivas provisões e amortizações, não foram alterados, permanecendo R\$1.997.796, R\$352.357 e R\$(8.308), respectivamente.

Conseqüentemente, nas Demonstrações do Resultado para o semestre findo em junho de 2015, foram reconhecidos, para efeitos de reapresentação, uma receita de R\$4.224, registrada na rubrica “Outras receitas operacionais”, apresentado na nota explicativa nº 28, referente à reversão de provisão de ágios, e uma despesa de mesmo montante, registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”, referente à amortização de ágios.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- d) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- e) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- f) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- g) CPC 24 – Eventos subsequentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- i) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela resolução CMN 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 18 de agosto de 2016.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pró-rata” dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, iu sempre que houver indícios objetivos de *impairment*.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajuste ao valor de mercado - TVM”.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre.

Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, *swaps* e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras;
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre;
- Operações de *swaps*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pró-rata” dia até a data das demonstrações financeiras;
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

i) Negociação e intermediação de valores

Demonstradas pelo valor de operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas nas bolsas de valores e de futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

j) Outros valores e bens

São compostos por valores pagos antecipadamente, conforme previsão contratual e sua amortização é apropriada pelo seu prazo de vigência. A amortização destes contratos ocorre até no máximo 60 meses.

k) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

l) Permanente

- Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável.

- Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados, conforme circular Bacen nº 1.273/87.

- Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificavam.

m) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.
- Contrato Oneroso - é um contrato no qual, apesar de ainda não concluído, ou até mesmo iniciado, já apresenta prejuízo decorrente da existência de custos inevitáveis que excedem os benefícios econômicos esperados do contrato.

n) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda até 31 de agosto de 2015. A partir do mês de setembro de 2015, conforme a Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% do lucro antes do imposto de renda para o período base compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos” sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

o) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

p) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de “impairment”. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	
	Início Período	Fim Período
Disponibilidades	3.128	48.716
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	541.289	488
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	<u>10.750</u>	<u>640.452</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>555.167</u>	<u>689.656</u>
	2015	
	Início Período	Fim Período
Disponibilidades	16.248	5.278
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	155.593	15.971
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	<u>44.604</u>	<u>60.000</u>
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>216.445</u>	<u>81.249</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016			2015		
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	488	21.815	22.303	15.971	11.615	27.586
Aplicações em operações compromissadas	<u>640.452</u>	<u>-</u>	<u>640.452</u>	<u>60.000</u>	<u>411.089</u>	<u>471.089</u>
Total	<u>640.940</u>	<u>21.815</u>	<u>662.755</u>	<u>75.971</u>	<u>422.704</u>	<u>498.675</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 30 de junho de 2016 e de 2015:

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	106.255	106.196	28.016	28.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	25.754	25.612	7.911	7.862
Letras do Tesouro Nacional – LTN	43.005	42.840	13.244	12.819
Certificado Recebível do Agronegócio-CRA	5.129	5.129	-	-
Debêntures	<u>4.627</u>	<u>5.266</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de títulos para negociação	<u>184.770</u>	<u>185.043</u>	<u>49.171</u>	<u>48.681</u>
Títulos disponíveis para venda:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	233	232	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)	2.134	2.134	1.870	1.870
Letras do Tesouro Nacional – LTN	302.596	300.697	263.977	258.221
Debêntures (**)	101.752	93.990	134.092	132.238
Notas promissórias	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.000</u>	<u>36.000</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>406.715</u>	<u>397.053</u>	<u>435.939</u>	<u>428.329</u>
Títulos mantidos até o vencimento:				
Debêntures	<u>12.262</u>	<u>12.262</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>12.262</u>	<u>12.262</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>603.747</u>	<u>594.358</u>	<u>491.548</u>	<u>483.448</u>

(*) Em junho de 2016 os Títulos estavam bloqueados em garantia para interposição de recursos fiscais (nota 18.a).

(**) Em junho de 2016, o Banco possui provisão para realização de Debêntures, no montante de R\$ 6.149 (R\$ 2.003 em 2015).

b) Composição por prazo de vencimento:

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT				
Até 3 meses	-	-	609	610
De 1 a 3 anos	54.067	54.065	16.304	16.295
Acima de 3 anos	52.188	52.131	11.103	11.095
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	43.005	42.840	13.244	12.819
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
Até 3 meses	1.615	1.609	-	-
De 3 a 12 meses	19.713	19.579	-	-
De 1 a 3 anos	3.840	3.839	7.911	7.862
Acima 3 anos	<u>586</u>	<u>585</u>	-	-
Total de títulos públicos	<u>175.014</u>	<u>174.648</u>	<u>49.171</u>	<u>48.681</u>
Títulos privados				
Certificado Recebível do Agronegócio-CRA				
De 1 a 3 anos	5.129	5.129	-	-
Debêntures				
Acima 3 anos	<u>4.627</u>	<u>5.266</u>	-	-
Total de títulos privados	<u>9.756</u>	<u>10.395</u>	-	-
Total de títulos para negociação	<u>184.770</u>	<u>185.043</u>	<u>49.171</u>	<u>48.681</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
De 3 a 12 meses	233	232	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
De 1 a 3 anos	2.134	2.134	-	-
Acima de 3 anos	-	-	1.870	1.870
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	296.311	294.018	272.405	266.378
Acima de 3 anos	<u>6.285</u>	<u>6.679</u>	-	-
Total de títulos públicos	<u>304.963</u>	<u>303.063</u>	<u>274.275</u>	<u>268.248</u>
Debêntures				
Vencidas (**)				
De 1 a 3 anos	724	-	4.007	2.004
De 1 a 3 anos	72.738	66.846	66.758	66.649
Acima de 3 anos	28.290	27.144	63.327	63.585
Notas Promissórias				
De 3 a 12 meses	-	-	<u>36.000</u>	<u>36.000</u>
Total de títulos privados	101.752	93.990	170.092	168.238
Total de títulos disponíveis para venda	<u>406.715</u>	<u>397.053</u>	<u>444.367</u>	<u>436.486</u>
<u>Títulos mantidos até o vencimento</u>				
Debêntures				
Acima de 3 anos	<u>12.262</u>	<u>12.262</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Total de títulos mantidos até o vencimento	<u>12.262</u>	<u>12.262</u>	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>
Circulante (*)				
Realizável a longo prazo	185.727	185.275	89.178	86.685
Realizável a longo prazo	<u>418.020</u>	<u>409.083</u>	<u>410.798</u>	<u>396.763</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>603.747</u>	<u>594.358</u>	<u>499.976</u>	<u>483.448</u>

(*) Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

(**) O Banco possui uma provisão no montante de R\$ 724 (R\$ 2.003 em 2015) para as Debêntures vencidas.

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$ 477.711 (R\$ 308.772 em 2015) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC, os títulos privados no montante de R\$ 116.647 (R\$ 174.676 em 2015) estão custodiados na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias “disponíveis para venda” e “negociação” o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 30 de junho de 2016 e de 2015, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços médios divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria “disponíveis para venda” resultaram em ajuste negativo no montante de R\$ 3.513 (R\$ 5.607 em 2015). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$ (1.932) (R\$ (3.365) em 2015), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 30 de junho de 2015 e 2014, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2016			2015		
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	29.743	33.896	63.639	37.494	16.263	53.757
Swap - diferencial a pagar	<u>(70.623)</u>	<u>(26.450)</u>	<u>(97.073)</u>	<u>(16.228)</u>	<u>(29.587)</u>	<u>(45.815)</u>
Total Swap	<u>(40.880)</u>	<u>7.446</u>	<u>(33.434)</u>	<u>21.266</u>	<u>(13.324)</u>	<u>7.942</u>
NDF - a receber	44.620	4.920	49.540	9.097	12.079	21.176
NDF - a pagar	<u>(11.083)</u>	<u>19</u>	<u>(11.064)</u>	<u>(6.398)</u>	<u>(2.705)</u>	<u>(9.103)</u>
Total NDF	<u>33.537</u>	<u>4.939</u>	<u>38.476</u>	<u>2.699</u>	<u>9.374</u>	<u>12.073</u>
Total	<u>(7.343)</u>	<u>12.385</u>	<u>5.042</u>	<u>23.965</u>	<u>(3.950)</u>	<u>20.015</u>

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de *Swap*, *Non Deliverables Forward – NDF*, Futuros e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA ou pela Bloomberg.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2016					2015				
	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<i>Swap</i> - posição ativa	48.367	74.514	193.944	414.715	731.540	56.138	117.470	77.916	440.048	691.572
<i>Swap</i> - posição passiva	292.391	389.213	475.284	413.907	1.570.795	50.565	361.432	662.863	550.647	1.625.507
<i>NDF</i> - posição ativa	198.164	215.873	-	-	414.037	557.861	17.126	-	-	574.987
<i>NDF</i> - posição passiva	45.721	55.196	-	-	100.917	557.861	17.126	-	-	574.987
Futuros - posição comprada	500.713	533.412	322.888	3.364	1.360.377	604.345	313.301	166.290	28.366	1.112.302
Futuros - posição vendida	<u>567.635</u>	<u>519.308</u>	<u>513.674</u>	<u>197.491</u>	<u>1.798.108</u>	<u>57.663</u>	<u>735.745</u>	<u>658.820</u>	<u>232.210</u>	<u>1.684.438</u>
Total	<u>1.652.991</u>	<u>1.787.516</u>	<u>1.505.790</u>	<u>1.029.477</u>	<u>5.975.774</u>	<u>1.884.433</u>	<u>1.562.200</u>	<u>1.565.889</u>	<u>1.251.271</u>	<u>6.263.793</u>

c) Composição por indexador

	2016			2015		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de <i>Swap</i>						
Posição ativa	<u>63.639</u>	<u>-</u>	<u>731.540</u>	<u>53.757</u>	<u>-</u>	<u>691.572</u>
CDI x Dólar 1	-	-	-	76	-	-
CDI x Dólar Venda	6.287	-	53.866	2.818	-	66.022
CDI x IPCA	12	-	766	40	-	6.472
CDI x Libor 1	10.652	-	64.850	-	-	-
CDI x Libor 2	414	-	6.667	-	-	-
CDI x Pré	1.824	-	39.554	1.574	-	40.791
Dólar Vend x CDI	-	-	-	13.587	-	45.038
Dólar Vend x Libor	11.175	-	119.318	7.795	-	125.910
Dólar Vend x Libor 1	15.872	-	162.718	10.799	-	184.254
Euro BCE V x CDI	-	-	-	8.544	-	18.300
IPCA x CDI	9.566	-	49.840	6.999	-	49.840
Libor 1 X Dólar Vend	5	-	15.000	-	-	-
Libor 2 X Dólar Vend	18	-	6.667	-	-	-
Pré x CDI	7.233	-	201.900	1.485	-	150.900
Pré x Dólar Venda	581	-	10.394	40	-	4.045

	2016			2015		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Posição passiva	-	<u>97.073</u>	<u>1.570.795</u>	-	<u>(45.815)</u>	<u>1.625.507</u>
CDI x Dólar Venda	-	-	-	-	(2.496)	14.293
CDI x IPCA	-	(9.610)	68.946	-	(6.708)	51.390
CDI x Libor 1	-	(1.000)	4.717	-	(1.008)	6.418
CDI x PRE	-	-	-	-	(4)	5.527
Dólar Vend x CEI	-	(40.828)	177.490	-	-	-
Libor 1 x Dólar	-	(14.091)	410.919	-	(8.345)	451.087
Libor x Dólar Venda	-	(10.254)	119.318	-	(6.691)	125.910
Pré x CDI	-	(21.290)	789.405	-	(20.279)	964.533
Pré x Dólar Venda	-	-	-	-	(284)	6.349
Total de operações de Swap	<u>63.639</u>	<u>(97.073)</u>	<u>2.302.335</u>	<u>53.757</u>	<u>(45.815)</u>	<u>2.317.079</u>
Operações de NDF						
Posição ativa	<u>49.540</u>	-	<u>414.037</u>	<u>21.176</u>	-	<u>574.987</u>
Dólar Venda	46.947	-	402.822	21.176	-	574.987
Euro Venda	2.593	-	11.215	-	-	-
Posição passiva	-	<u>(11.064)</u>	<u>100.917</u>	-	<u>(9.103)</u>	<u>574.987</u>
Dólar Venda	-	(11.064)	100.917	-	(9.103)	574.987
Total de operações de NDF	<u>49.540</u>	<u>(11.064)</u>	<u>514.954</u>	<u>21.176</u>	<u>(9.103)</u>	<u>1.149.974</u>
Posição comprada	<u>28</u>	<u>(11.235)</u>	<u>1.360.377</u>	<u>20</u>	<u>(5.000)</u>	<u>1.112.302</u>
DDI	-	(8.395)	1.097.952	-	(1.991)	460.206
DI	20	-	3.364	20	-	32.395
DOL	-	(2.787)	253.525	-	(3.009)	619.701
EUR	-	(53)	4.490	-	-	-
IND	8	-	1.046	-	-	-
Posição vendida	<u>3.738</u>	<u>(70)</u>	<u>1.769.108</u>	<u>583</u>	<u>(1.277)</u>	<u>1.684.438</u>
DDI	3.645	-	343.640	77	-	67.210
DI1	88	-	1.440.494	-	(1.277)	1.575.408
DOL	1	(70)	13.607	-	-	1.568
EUR	4	-	367	495	-	33.970
JPY	-	-	-	11	-	6.282
Total de operações de Futuros	<u>3.766</u>	<u>(11.305)</u>	<u>3.158.485</u>	<u>603</u>	<u>(6.277)</u>	<u>2.796.740</u>
Total	<u>116.945</u>	<u>(119.442)</u>	<u>5.975.774</u>	<u>75.536</u>	<u>(61.195)</u>	<u>6.263.793</u>

d) Valor de referência por local de negociação

	2016			2015		
	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total
Operações de swap	1.327.901	974.435	2.302.335	1.314.491	1.002.588	2.317.079
Operações de NDF	-	514.954	514.954	-	1.149.974	1.149.974
Operações de Futuros	<u>3.158.485</u>	-	<u>3.158.485</u>	<u>2.796.740</u>	-	<u>2.796.740</u>
Total	<u>4.486.386</u>	<u>1.489.389</u>	<u>5.975.774</u>	<u>4.111.231</u>	<u>2.152.562</u>	<u>6.263.793</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

	2016			2015		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	193.245	(147.379)	45.866	125.621	(141.457)	(15.836)
NDF	172.931	(82.436)	90.495	104.251	(158.512)	(54.261)
Opções	10	-	10	-	-	-
Contrato de futuros	<u>715.687</u>	<u>(1.016.508)</u>	<u>(300.821)</u>	<u>771.128</u>	<u>(672.571)</u>	<u>98.557</u>
Total	<u>1.081.873</u>	<u>(1.246.323)</u>	<u>(164.450)</u>	<u>1.001.000</u>	<u>(972.540)</u>	<u>28.460</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na BM&FBovespa e CBLC das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

	2016	2015
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	<u>303.279</u>	<u>124.265</u>
Total	<u>303.279</u>	<u>124.265</u>

A rubrica “Vinculados à prestação de garantias” é composta também por Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$ 2.134 vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a).

g) Derivativos utilizados como Instrumentos de “Hedge”

Em 30 de junho de 2016 e de 2015, as estruturas de “hedge de risco de mercado” são compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$ 480.562 (R\$ 715.956 em 2015) e vencimentos que variam de julho de 2016 a outubro de 2018, e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas.

O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 456.506 (R\$ 296.898 em 2015) e está classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 386 (R\$ 611 em 2015).

O valor de mercado das aplicações em operações compromissadas é de R\$ 20.454 (R\$ 411.089 em 2015) e está classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 4 (R\$ 680 em 2015).

A efetividade das estruturas do “hedge de risco de mercado” é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”.

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 30 de junho de 2016 e de 2015 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período.

As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&Fbovespa ou própria);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos;
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 30 de junho de 2016, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 2.622 (R\$ 368 em 2015).

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III- Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2016 e 2015, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Capital de giro	558.163	659.574
Financiamento - Finame	8.038	9.195
Financiamento - BNDES	<u>84.384</u>	<u>64.202</u>
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	<u>650.585</u>	<u>732.971</u>
Outros créditos e títulos a receber (*)	7.103	14.913
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	147.286	55.121
Créditos para avais e fianças honrados	<u>19.383</u>	-
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>824.357</u>	<u>803.005</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.060)	(33.051)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(11.452)</u>	<u>(652)</u>
Total da provisão	<u>(51.512)</u>	<u>(33.703)</u>
Circulante	543.354	283.800
Realizável a longo prazo	229.491	485.502

(*) Em 30 de junho de 2016, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 7.103 (R\$ 14.913 em 2015) com vencimento final em agosto de 2016 (julho de 2015 em 2015) (nota 11).

b) Composição da carteira por setor de atividade

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Setor Privado:		
Indústria	339.378	222.108
Comércio	100.759	93.173
Outros	<u>384.220</u>	<u>487.724</u>
Total	<u>824.357</u>	<u>803.005</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2016							2015
	A vencer							Total
	Vencido	1 a 30	31 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima 360	Total	
Capital de giro	58.564	49.308	76.291	60.986	99.504	213.510	558.163	659.574
Financiamento - Finame	273	152	299	272	543	6.499	8.038	9.195
Financiamento - BNDES	312	67.614	435	723	1.149	14.151	84.384	64.202
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	-	5.372	1.731	-	-	-	7.103	14.913
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	-	41.224	43.481	62.581	-	-	147.286	55.121
Créditos para avais e fianças honrados	<u>19.383</u>	-	-	-	-	-	<u>19.383</u>	<u>14.913</u>
Total	<u>78.532</u>	<u>163.670</u>	<u>122.237</u>	<u>124.562</u>	<u>101.196</u>	<u>234.160</u>	<u>824.357</u>	<u>803.005</u>

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de provisão - %	2016				2015			
		Vencido	Curso normal	Provisão	Provisão Prudencial (*)	Vencido	Curso normal	Provisão	Provisão Prudencial (*)
AA	-	-	30.928	-	-	-	22.501	-	-
A	0,50%	-	141.872	709	-	-	151.874	759	-
B	1,00%	9	467.842	4.679	-	-	511.185	5.112	-
C	3,00%	-	93.662	2.810	1.620	-	65.725	1.972	-
D	10,00%	28.472	11.521	3.999	7.999	-	-	-	-
E	30,00%	-	-	-	-	51.720	-	15.516	10.344
F	50,00%	40.710	-	20.355	-	-	-	-	-
H	100,00%	<u>9.341</u>	-	<u>9.341</u>	-	-	-	-	-
Total		<u>78.532</u>	<u>745.825</u>	<u>41.893</u>	<u>9.619</u>	<u>51.720</u>	<u>751.285</u>	<u>23.359</u>	<u>10.344</u>

(*) Em junho de 2015, a Administração decidiu por reforçar a provisão de crédito de forma prudencial para determinado setor para fazer face aos possíveis impactos do cenário econômico atual e seus reflexos para o Banco.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo no início do semestre	(46.123)	(16.881)
Provisão constituída	(19.081)	(39.478)
Reversão de provisão	<u>13.692</u>	<u>22.656</u>
Saldo ao final do semestre	<u>(51.512)</u>	<u>(33.703)</u>

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados.

g) No semestre findo em 30 de junho de 2016, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$ 7.103. No semestre findo em 30 de junho de 2015, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto era de R\$ 14.913.

h) No semestre findo em 30 de junho de 2016, houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 212.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	240.011	94.655
Direitos sobre venda de câmbio	123.892	51.848
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	<u>1.734</u>	<u>789</u>
Total	<u>365.637</u>	<u>147.292</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	117.336	51.719
Obrigações por compras de câmbio	261.089	90.355
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	<u>(145.552)</u>	<u>(54.332)</u>
Total	<u>232.873</u>	<u>87.742</u>

A carteira de câmbio, em 2016 e 2015, possui prazo de até 6 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos de crédito a receber (nota 9 a.)	7.103	14.913
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 19 b.)	47.565	21.133
Impostos e contribuições a compensar	3.177	7.753
Créditos renegociados de conta margem	-	161
Pagamentos a ressarcir	55	42
Adiantamento e antecipações salariais	801	833
Devedores por depósito em garantia (*)	29.052	27.669
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 21 b.)	-	3.877
Escrow account (**)	545	545
Outros	<u>512</u>	<u>907</u>
Total	<u>88.810</u>	<u>77.833</u>
Circulante	44.698	39.858
Realizável a longo prazo	44.112	37.975

(*) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais relacionados à discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei 9.718/98 (nota 18a).

(**) Referem-se a reembolsos relacionados a processos trabalhistas e cíveis classificados como probabilidade de perda provável e que estão cobertos por uma conta Escrow junto ao Deutsche Bank.

12. RENDAS A RECEBER

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Comissões por garantias prestadas a receber	367	733
Serviços prestados a receber (a)	232	838
Rendas a receber de Sociedades Ligadas (nota 21 b.)	-	27
Outras rendas a receber (b)	<u>1.128</u>	<u>1.386</u>
Total	<u>1.727</u>	<u>2.984</u>
Circulante	1.727	2.984
Realizável a longo prazo	-	-

(a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira pelo Banco.

(b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira e valores a receber de taxa de custódia.

13. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prêmios de seguro	65	57
Assinaturas e periódicos	-	1
Comissões pagas	59	153
Comissões IFC	403	539
Manutenção de Sistemas	17	71
Outras	<u>29</u>	<u>29</u>
Total	<u>573</u>	<u>850</u>
Circulante	307	850
Exigível a longo prazo	266	-

14. IMOBILIZADO DE USO

Está representado por:

	Taxa anual depreciação	2016				2015			
		Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	3.035	(651)	(1)	2.383	3.548	(1.487)	(515)	1.546
Comunicação	10%	306	(182)	-	124	489	(246)	(3)	240
Processamento de dados	20%	1.862	(1.179)	(8)	675	2.592	(2.385)	(9)	198
Veículos	10%	<u>197</u>	<u>(16)</u>	-	<u>181</u>	<u>107</u>	<u>(63)</u>	-	<u>44</u>
Total		<u>5.400</u>	<u>(2.028)</u>	<u>(9)</u>	<u>3.363</u>	<u>6.736</u>	<u>(4.181)</u>	<u>(527)</u>	<u>2.028</u>

15. INTANGÍVEL

a) Ágio advindo da incorporação

A seguir demonstramos a composição dos ágios registrados na Corretora, conforme nota explicativa nº 2.

	2016				2015			
	Custo	Amortização Acumulada	Provisão para realização	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Provisão para realização	Valor Líquido
Ágio sistemas/software	700	(513)	(187)	-	700	(373)	(327)	-
Ágio licença	1.800	(1.320)	(480)	-	1.800	(960)	(840)	-
Ágio rentabilidade futura	<u>79.474</u>	<u>(29.140)</u>	<u>(50.334)</u>	-	<u>79.474</u>	<u>(21.193)</u>	<u>(58.281)</u>	-
Total	81.974	(30.973)	(51.001)	-	81.974	(22.526)	(59.448)	-

b) Outros ativos intangíveis

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

	2016				2015				
	Taxa anual amortização	Custo	Amortização Acumulada	Provisão para realização	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Provisão para realização	Valor líquido
	20%	6.843	(3.545)	(355)	2.943	10.171	(6.124)	(338)	3.709

16. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	2016	2015
Depósitos à vista	<u>7.070</u>	<u>11.090</u>
Depósitos a prazo	<u>336.999</u>	<u>293.714</u>
De 1 a 90 dias	66.254	28.674
De 91 até 360 dias	187.912	172.505
A vencer após 360 dias	82.833	92.535
Depósitos interfinanceiros	-	<u>186.578</u>
De 1 a 90 dias	-	<u>186.578</u>
Total de depósitos	<u>344.069</u>	<u>491.382</u>
Circulante	<u>261.236</u>	<u>398.847</u>
Exigível a longo prazo	<u>82.833</u>	<u>92.535</u>

Os depósitos a prazo com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 320.966 (R\$ 483.366 em 2015), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 113,5% (de 99% a 113,8% em 2015). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 16.033 (R\$ 5.576 em 2015), apresentam taxas ao ano que variam de 12,73% a 18,38% (11,04% a 15,17% em 2015).

b) Captações no mercado aberto

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>De 1 a</u>		<u>De 1 a</u>	
	<u>90 dias</u>	<u>Total</u>	<u>90 dias</u>	<u>Total</u>
Carteira própria	<u>77.250</u>	<u>77.250</u>	<u>113.234</u>	<u>113.234</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	<u>9.370</u>	<u>9.370</u>	<u>62.050</u>	<u>62.050</u>
Debêntures	<u>67.880</u>	<u>67.880</u>	<u>51.184</u>	<u>51.184</u>
Carteira terceiro	<u>119.997</u>	<u>119.997</u>	<u>135.000</u>	<u>135.000</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	<u>119.997</u>	<u>119.997</u>	<u>135.000</u>	<u>135.000</u>
Carteira livre movimentação	<u>4.020</u>	<u>4.020</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	<u>4.020</u>	<u>4.020</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total captações no mercado aberto	<u>201.267</u>	<u>201.267</u>	<u>248.234</u>	<u>248.234</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito agrícola e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 157.023 (R\$ 134.083 em 2015) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 90% a 112,5% (91,5% a 115,5% em 2015). As letras financeiras, letras de crédito agrícola e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 3.697 (R\$ 6.718 em 2015), apresentam taxas ao ano que variam de 12,82% a 15,10% (11,67% a 15,10% em 2015).

d) Obrigações por repasses do país – Instituições Oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$ 82.535 (R\$ 64.026 em 2015) e R\$ 7.775 (R\$ 9.176 em 2015), respectivamente, com prazo de vencimento de 2016 a 2024.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	<u>2016</u>		<u>2015</u>
	<u>USD</u>	<u>Reais</u>	<u>Reais</u>
Empréstimo no Exterior			
Grupo Caixa Geral de Depósitos – Objeto de Hedge(*)	125.500	406.978	296.898
Grupo Caixa Geral de Depósitos	139.150	447.442	68.920
International Finance Corporation - IFC	-	57.904	67.492
Outros Bancos	10.300	<u>33.344</u>	<u>-</u>
Total		<u>945.668</u>	<u>433.310</u>

(*) Estas operações foram objeto de "hedge", descritos na nota 7.g.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	171	171
Total	<u>171</u>	<u>171</u>

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

b) Fiscais e previdenciárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos e contribuições sobre os lucros a pagar (*)	555	1.513
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 18.a)	21.743	19.367
Impostos e contribuições a recolher	1.528	9.389
Impostos e contribuições diferidos (nota 19.c)	<u>6.629</u>	<u>60</u>
Total	<u>30.455</u>	<u>30.329</u>
Circulante	4.106	9.893
Exigível a longo prazo	26.349	20.436

(*) Refere-se à obrigação legal de auto de infração sobre imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do ano base de 2008, da qual, através de acordo, a Corretora vem efetuando o pagamento de forma parcelada. A opção pelo parcelamento dos impostos e contribuições sobre lucros a pagar foi efetivada em janeiro de 2012, com o valor total de R\$ 3.840, dividido em 60 parcelas de R\$ 64, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic.

c) Diversas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 21.b)	2	37
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.396	3.053
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 18.b)	861	921
Provisão para despesas de pessoal	5.109	4.964
Fornecedores a pagar	993	1.450
Valores de cobrança	614	870
Outras	<u>525</u>	<u>1.057</u>
Total	<u>10.500</u>	<u>12.352</u>
Circulante	8.485	8.909
Exigível a longo prazo	2.015	3.443

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 452.244 (R\$ 583.722 em 2015) (nota 28 a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$ 2.396 (R\$ 3.053 em 2015), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2016		2015	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	149.689	-	209.632	-
A	0,50%	125.883	629	212.322	1.062
B	1,00%	176.672	1.767	143.084	1.431
C	3,00%	-	-	<u>18.684</u>	<u>560</u>
Total		<u>452.244</u>	<u>2.396</u>	<u>583.722</u>	<u>3.053</u>

d) Negociação e Intermediação de Valores

	2016	2015
Caixa de registro e liquidação	7.851	114
Comissões e corretagem a pagar	12	-
Credores - Conta Liquidações Pendentes	<u>1.910</u>	<u>7.505</u>
Total	<u>9.773</u>	<u>7.619</u>

18. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.c).

a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Banco é parte em processos administrativo e judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante total de R\$ 2.119 (R\$ 319 em 2014) que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

	2016		2015	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	<u>2.427</u>	<u>2.427</u>	<u>1.635</u>	<u>1.635</u>
Subtotal	<u>2.427</u>	<u>2.427</u>	<u>1.635</u>	<u>1.635</u>
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	-	2.134	-	1.794
PIS(iii)	2.700	3.608	2.479	3.268
COFINS(iii)	<u>16.616</u>	<u>22.198</u>	<u>15.253</u>	<u>20.109</u>
Subtotal	<u>19.316</u>	<u>27.940</u>	<u>17.732</u>	<u>25.171</u>
Total	<u>21.743</u>	<u>30.367</u>	<u>19.367</u>	<u>26.806</u>

- (i) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestado a clientes relativo ao exercício de 2012, de 2013, de 2014, de 2015 e de 2016 no montante de R\$ 2.427, cujos assessores jurídicos do Banco classificaram como perda possível.

- (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro – LFT no montante de R\$ 2.134 (R\$ 1.665 em 2015). Na opinião dos assessores jurídicos do Banco a contingência para este processo é remota.
- (iii) Refere-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei 9.718/98, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo. Na análise de nossos assessores jurídicos, julga como possível às chances de êxito na coretora.

b) A movimentação das provisões passivas para os semestre findos em 30 de junho de 2016 e de 2014 é a seguinte:

	2016			
	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2015	20.578	24	897	21.499
Pagamento	-	-	(40)	(40)
Constituição (nota 29.b)	1.165	-	180	1.345
Baixa	-	-	(200)	(200)
Saldo em 30/06/2016	<u>21.743</u>	<u>24</u>	<u>837</u>	<u>22.604</u>

	2015			
	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2014	18.392	24	892	19.308
Constituição (nota 29.b)	992	-	317	1.309
Baixa	(17)	-	(312)	(329)
Saldo em 30/06/2015	<u>19.367</u>	<u>24</u>	<u>897</u>	<u>20.288</u>

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2016 e de 2015 é o seguinte:

Perdas	2016					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Trabalhista	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor em risco	Valor em risco	Valor em risco
Prováveis	-	-	24	24	837	837
Possíveis	58.984	21.743	1.777	-	18.441	-
Remotas	<u>2.984</u>	-	-	-	<u>9</u>	-
Total	<u>61.968</u>	<u>21.743</u>	<u>1.801</u>	<u>24</u>	<u>19.287</u>	<u>837</u>
	11		37		19	

	2015					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Trabalhista	
	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>	<u>Valor em risco</u>	<u>Valor provisionado</u>
Perdas						
Prováveis	-	-	-	-	-	-
Possíveis	35.639	19.367	1.023	35.639	-	-
Remotas	<u>740</u>	-	-	<u>740</u>	-	-
Total	<u>36.379</u>	<u>19.367</u>	<u>1.023</u>	<u>36.379</u>	=	=

No tocante aos processos que os assessores jurídicos da Corretora julgam como “possível” existe “procedimento administrativo” sobre “auto de infração” na cobrança de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas que montam R\$ 36.777 (R\$ 31.856 em 2015). Em caso de perda, tais processos estão garantidos pelos antigos Controladores.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	16.490	(7.662)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(7.420)	3.064
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:		
Despesas com gratificações e benefícios	(22)	(81)
Outros	(498)	580
Crédito Tributário não constituído	<u>581</u>	<u>(4.209)</u>
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre	<u>(7.359)</u>	<u>(646)</u>

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 47.565 (R\$ 21.133 em 2015), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e de realização de TVM	25.641	14.282
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior.	1.890	4.692
Ajuste de Marcação a Mercado Futuros DDI/DI	14.235	
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	12	299
Provisão para contingências fiscais	971	631
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.065	1.221
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.956	-
Outros	<u>795</u>	<u>8</u>
Total	<u>47.565</u>	<u>21.133</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários em negociação, instrumentos financeiros e empréstimos no exterior	(6.320)	-
Ajustes de marcação a mercado títulos disponíveis para venda	<u>(309)</u>	<u>(60)</u>
Total de obrigações diferidas	<u>(6.629)</u>	<u>(60)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Constituição / (realização)	Saldo em 30 de junho de 2016
Provisão para contingências fiscais	819	152	971
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	85	(73)	12
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.277	(212)	1.065
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e de realização de TVM	23.386	2.255	25.641
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimos no exterior	46.837	(44.947)	1.890
Ajuste de marcação a mercado Futuros DDI/DI	-	14.235	14.235
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	2.956	2.956
Outras	<u>1.313</u>	<u>(518)</u>	<u>795</u>
Saldo de créditos tributários	<u>73.717</u>	<u>(26.152)</u>	<u>47.565</u>
Ajustes de marcação a mercado títulos e valores mobiliários, instrumento financeiros e empréstimos no exterior	(207)	(6.422)	(6.629)
Ajuste de marcação a mercado futuros DDI/DI	<u>(16.246)</u>	<u>16.246</u>	<u>-</u>
Saldo de obrigações diferidas	<u>(16.453)</u>	<u>9.824</u>	<u>6.629</u>

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	35.811	2.671	5.790	526	2.767	47.565
Obrigações diferidas	2.212	133	176	4.108	-	6.629

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 42.006 e R\$ 5.938, (R\$ 18.670 e R\$ 52 em 2015), respectivamente.

Em 30 de junho de 2016, a CGD Investimentos possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social e também por provisões temporariamente indedutíveis não contabilizados no montante de R\$ 79.587 (R\$ 79.044 em 2015), sendo que R\$ 44.215 (R\$ 44.914 em 2015) de Imposto de Renda e R\$ 35.372 (R\$ 35.130 em 2015) de Contribuição Social. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social do Banco, em 30 de junho de 2016 e de 2015, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 400.000.

A Corretora em 30 de junho de 2016 e de 2015, possui o capital social subscrito e integralizado, representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais dividido em partes iguais para o Caixa - Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

O estatuto social da Corretora assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária.

d) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do resultado do Banco

	2016	
	Patrimônio Líquido	Lucro
Patrimônio e Prejuízo líquido do Banco - Individual	333.341	8.678
Ações Pertencentes ao Caixa Banco de Investimento - 13.988.524 ações (*)	1.780	453
Patrimônio e Prejuízo líquido do Banco - conglomerado Prudencial	335.121	9.131

	2015	
	Patrimônio Líquido	Prejuízo
Patrimônio e Prejuízo líquido do Banco - Individual	349.411	(4.072)
Ações Pertencentes ao Caixa Banco de Investimento - 13.988.524 ações (*)	2.946	(4.236)
Patrimônio e Prejuízo líquido do Banco - conglomerado Prudencial	352.357	(8.308)

(*) A consolidação foi elaborada em conformidade com a Resolução nº 4.280/13 art. 3º II que estabelece que o controle é caracterizado pela atuação no mercado sob a mesma marca.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

O Conselho de Administração aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa.

O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio.

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo.

A remuneração variável será calculada:

- (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente;
- (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta");
- (c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida").

O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores.

No semestre findo em 30 de junho 2016, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 3.103 (R\$ 3.394 em 2014), considerando salários, encargos e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2016 e de 2015:

	Grau de relação	2016		2015	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	38.027	-	4.214	-
Outros créditos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	-	-	85	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	3.792	-
Caixa Geral de Depósitos – New York	Ligada	-	-	-	1.955
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	-	-	962
Sucursal Grand Cayman	Ligada	-	-	27	177
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(6.548)	(144)	(6.082)	(376)

	Grau de relação	2016		2015	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos – New York (nota 16. e)	Ligada	(532.227)	(4.322)	(347.984)	(3.385)
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota 16. e)	Controladora	(214.934)	(1.400)	(17.223)	(1)
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	(107.259)	4.345	(63.662)	(10.005)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-	(37)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	144	-	106
Caixa Geral de Depósitos – Grand Cayman	Ligada	-	242	-	-
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	1.660	-	178

22. O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 29.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 08 de dezembro de 2015 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2016.

23. LIMITES OPERACIONAIS - Índice de Basiléia e Limite de Imobilização

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

a) Índice da Basiléia

	2016	2015
Risco de crédito - PEPR	157.382	177.084
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	10.109	3.337
Risco Operacional - POPR	17.050	19.879
Patrimônio de referência exigido - PRE	184.541	200.300
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	333.070	351.990
Índice da Basiléia (*)	17,82%	19,33%

(*) O índice de Basiléia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2016 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 1,76% (1,48% em 2015).

24. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o semestre findo em 30 de junho de 2015, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance do Grupo CGD; (b) Performance do Banco no Brasil; e (c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas.

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho 2016 e de 2015 estão assim representadas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Corretagem de operações em Bolsas	-	115
Comissões de colocação de títulos	-	23
Rendas de administração de fundos e clubes de investimentos	1	111
Comissão de estruturação e assessoria em operações	2.899	5.218
Rendas garantias prestadas	5.467	5.959
Rendas de assessoria técnica	-	16
Outras	<u>738</u>	<u>482</u>
Total de receitas de prestação de serviços	<u>9.105</u>	<u>11.924</u>

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 30 de junho de 2016 e de 2015 estão assim representadas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Processamento de dados	4.037	4.097
Aluguel, água, energia e gás	1.963	2.360
Serviços técnicos especializados	1.296	1.352
Depreciação e amortização	4.896	5.373
Serviços do sistema financeiro	1.062	1.324
Viagens	383	526
Publicações	231	270
Seguros	259	178
Manutenção e conservação de bens	105	252
Comunicação	427	2.238
Vigilância e segurança	167	158
Serviço de terceiros	686	517
Transportes	84	89
Comissões pagas	68	670
Outras	<u>1.067</u>	<u>1.215</u>
Total	<u>16.731</u>	<u>20.619</u>

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 30 de junho de 2016 e de 2015 estão representadas por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	2.389	2.250
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	182	296
Despesas de contribuição ao PIS	388	366
Despesas de Tributos Municipais	24	24
Outras	<u>79</u>	<u>36</u>
Total de despesas tributárias	<u>3.062</u>	<u>2.972</u>

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recuperação de encargos e despesas	391	72
Variação monetária ativa	146	147
Rendas de títulos e créditos a receber	765	443
Descontos obtidos	130	6
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas (nota 17.c)	473	-
Reversão de provisões	200	3.358
Atualização de impostos	2.496	1.061
Reversão de provisões operacionais sobre ágio	4.224	4.224
Outros	<u>138</u>	<u>6</u>
Total	<u>8.963</u>	<u>9.317</u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Processos fiscais (nota 18.b)	-	(363)
Repasse de corretagem	-	(575)
Comissão sobre carta de fiança	(13)	(157)
Liquidação de operações em Bolsa	-	(93)
Atualização de impostos	-	(763)
Multas e juros	(7)	(129)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas (nota 17.c)	-	(695)
Provisão para passivos contingentes	(1.345)	(317)
Despesas indedutíveis	-	(420)
Outras despesas	<u>(214)</u>	<u>(31)</u>
Total	<u>(1.579)</u>	<u>(3.543)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>7.384</u>	<u>5.774</u>

29. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota 17.c)	452.244	583.722

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o montante de contribuição é de R\$ 146 (R\$ 42 em 2015) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

d) O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 13.824 (R\$ 15.193 em 2015). E o período de cobertura se estende até julho de 2016.

e) Linha de crédito com a matriz

O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 12 de dezembro de 2015, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

No mês de julho de 2016, a Corretora deu Letras Financeiras do Tesouro – LFT, no montante total de R\$ 22.438, em garantia de processos fiscais de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas e de PIS/ COFINS, lei 9.718/58, que discute o alargamento da base de cálculo dos tributos.

A Corretora recebeu no dia 20 de julho de 2016, o montante de R\$20.002, referente ao processo fiscal de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais da bolsa garantido pela conta “escrow” e desde 17 de agosto de 2016, tal valor encontra-se depositado em juízo.